REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI N° 5.671-B DE 2023

Institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar; e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Esta Lei institui diretrizes para a implementação de medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar e altera a Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Art. 2° Os estabelecimentos de ensino da rede pública e privada devem implementar, no mínimo, as seguintes medidas de segurança destinadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar:

I - instalação de dispositivo emergencial de acionamento das autoridades competentes locais responsáveis pela segurança pública em caso de ocorrência ou risco de ocorrência de Incidente com Múltiplas Vítimas (IMV);

II - instalação de câmeras de videovigilância;

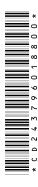
III - treinamento de pessoal responsável pelo acionamento e pela operação dos equipamentos de segurança;

IV - estabelecimento de planos de prevenção e de combate à violência em âmbito escolar.

Art. 3° A Lei n° 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"A"	rt.	5 0	 • • • •	 • • • • • •	• • • • • • • •	• • •





AIII ações de proteção e segurariça en
âmbito escolar, bem como prestação de assistência
técnica e financeira destinada ao cumprimento da
lei de diretrizes de implementação de medidas de
segurança destinadas à prevenção e ao combate à
violência em âmbito escolar.
§ 5° No mínimo 2% (dois por cento) dos
recursos empenhados do FNSP devem ser destinados:
I - a ações relacionadas ao cumprimento
da lei de diretrizes de implementação de medidas de
segurança destinadas à prevenção e ao combate à
violência em âmbito escolar; e
II - à formação e ao treinamento de
profissionais e servidores de segurança pública
para ações relacionadas à lei de diretrizes de
implementação de medidas de segurança destinadas à
prevenção e ao combate à violência em âmbito
escolar."(NR)
"Art. 8°
II
c) programas de proteção e segurança
escolar;

VI - ao desenvolvimento e à implementação

de planos de prevenção e de combate à violência em



allibito	escolar	nas e	sieras	estadua	11, C	ııstııta	т е
municipa	al.						
						"	(NR)
	"Art.	12					
	I -	os cr	ritérios	para	a e	xecução	do
disposto	nos ir	ncisos	III, I	V, V e	VI d	do caput	do
art. 8°	e no in	nciso	II do p	arágraf	o úni	ico do a	art.
9° desta	a Lei;						
						"	(NR)
Art. 4°	Os Es	tados	devem	criar,	no	âmbito	dos

órgãos de inteligência de segurança pública, área específica para prevenção à violência no âmbito escolar, inclusive no ciberespaço.

Art. 5° A instalação obrigatória dos dispositivos a que se refere o art. 2° desta Lei poderá ser custeada com recursos provenientes de parceria da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2024.

Deputado ALBERTO FRAGA Relator



